



Moreira Mariz/Agência Senado



Bancada governista vota pelo adiamento da análise do projeto que pode reduzir dívida dos estados



Marcos Oliveira/Agência Senado

Renan (D) preside reunião de líderes com o ministro Mantega (C) e o governador Tarso Genro (E)

Troca de índice para dívidas dos estados deve ser votada em março

Bancada de apoio ao governo consegue adiar votação do projeto que reduz os encargos de estados e municípios com a União. Para o ministro da Fazenda, Guido Mantega, que se reuniu com líderes e com o presidente do Senado, Renan Calheiros, é preciso esperar melhora no cenário mundial

O governo convenceu a maioria dos senadores de que a troca de índice no cálculo das dívidas neste momento pode prejudicar as contas do país diante do

cenário de “alguma turbulência” na economia mundial. Com a decisão, tomada ao final de intensos debates, a proposta vai à análise de duas comissões e deve retornar ao Plenário

em março. Renan Calheiros disse que a Casa tem compromisso com o mérito da proposta, porque estados estariam pagando juros muito altos pelos financiamentos. **3**

Apoio a voto distrital é destaque em seminário internacional **2**

Comissão de Segurança Pública quer mais prazo para trabalhar **7**

Projeto de Código Penal segue para aprimoramento

Comissão temporária que examinou anteprojeto preparado por juristas

entregou o relatório final, que vai à Comissão de Constituição e Justiça. **8**

Pedro França/Agência Senado



Presidente da comissão, Eunício (D) é cumprimentado pelo jurista Gilson Dipp



Pedro França/Agência Senado

Vulnerabilidade do sistema elétrico nacional recebeu críticas de senadores em pronunciamentos na sessão de ontem

Senado deve debater causa de apagão

A queda de energia que terça-feira atingiu 11 estados pode ter que ser explicada ao Senado pelo ministro de Minas e Energia, Edi-

son Lobão. O vice-presidente da Comissão de Infraestrutura, Sérgio Petecão, pretende fazer o requerimento do convite a Lobão. **6**

Proposta regionaliza gestão de UTIs e emergências **5**

Embalagem de refrigerante pode trazer alerta de saúde **4**

Médico militar terá permissão para exercer cargo civil **5**

Adoção do voto distrital é defendida em seminário

Brasileiros e britânicos debatem boas práticas legislativas em evento que acaba amanhã. Na abertura, parlamentares afirmaram que a representação popular é prejudicada no atual processo eleitoral

A ADOÇÃO DO voto distrital, como forma de aproximar a sociedade de seus representantes, foi defendida ontem na abertura do seminário internacional Boas Práticas Legislativas, que ocorre no Auditório do Interlegis, em Brasília, até amanhã. O evento é patrocinado integralmente pela embaixada britânica, com apoio da Associação dos Consultores e Advogados do Senado Federal (Alesfe).

Os participantes do evento, que promove a troca de experiências entre parlamentares brasileiros e ingleses, também apontaram a contribuição da tecnologia para o aprimoramento da democracia.

O primeiro-secretário do Senado, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), reiterou a necessidade de uma reforma político-eleitoral. Segundo ele, a representação popular no Brasil fica prejudicada em face da extensão territorial do país e do voto proporcional.

Para o deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), a lei precisa ter o caráter indutor, que premia bons comportamentos e condena os prejudiciais à sociedade, mas, para isso, é necessário que acabe a sensação acentuada de



Jonathan Dunn, Thame, Flexa Ribeiro, Bala Rocha, Dave Watts e Helder Rebouças

impunidade. Thame apontou um “salto de qualidade” na política com os projetos de lei de iniciativa popular, previstos na Constituição de 1988, e a aprovação da Lei da Ficha Limpa, em 2010. Ele disse ainda que o atual processo de escolha dos políticos provoca distorções entre os representantes dos estados e aumenta o custo das eleições.

O deputado Sebastião Bala Rocha (SDD-AP) destacou que os parlamentares britânicos mantêm discussões frequentes com os representantes do governo e a sociedade. Já no Brasil, assinalou Bala Rocha, quando uma comissão da Câmara ou do Senado decide convocar um ministro, “parece uma ofensa”.

Já o deputado trabalhista britânico Dave Watts, que falou sobre as especificidades do sistema parlamentar inglês, apontou dificuldades no momento atual para os representantes do povo em todos os países.

A consultora legislativa Maria Claudia Drummond afirmou que a democracia torna-se cada vez mais participativa e permeável com o advento da tecnologia. As esferas de decisão, disse, ampliaram-se, indo além do Estado. Para ela, já existe uma sociedade civil que não se limita só ao território de cada país e que se organiza para ampliar a representação global, embora ainda lhe falte a representação política para expressar demandas e anseios.

Cristovam elogia diretrizes para programa do PSB-Rede



Cristovam Buarque (PDT-DF) elogiou o lançamento das diretrizes básicas para o programa de governo do candidato à presidência da República pelo PSB, com apoio da Rede Sustentabilidade e do PPS.

O senador disse que saiu otimista do evento, na terça-feira, e ressaltou que o documento tem ênfase na transparência plena dos atos públicos e no compromisso com o desenvolvimento sustentável.

Segundo Cristovam, Eduardo Campos, que deverá ser candidato a presidente pelo PSB-Rede, afirmou que priorizará uma política industrial com investimentos em pesquisa e inovação. O senador lamentou que o candidato do PSB não tenha falado sobre o combate à inflação, mas aplaudiu as diretrizes para o setor educacional, como o combate ao analfabetismo.

Eduardo Campos revelou ingratidão e oportunismo, diz Gleisi



Ao reassumir o mandato, a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) disse que o suplente dela, Sérgio Souza, “exerceu com brilhantismo o mandato”.

Gleisi fez ainda considerações sobre o lançamento da plataforma de governo do PSB-Rede, quando o governador de Pernambuco, Eduardo Campos, “fez ácidas e pesadas críticas ao governo da presidenta Dilma”.

— É legítimo e democrático que uma pessoa pleiteie ser candidata e que tenha divergências, inclusive com o grupo ao qual pertenceu durante um tempo. O que é lamentável é quando essa candidatura é lançada e carece de propósito, de conteúdo e de uma causa e baseia-se praticamente em situações e manifestações de hipocrisia, de oportunismo e de ingratidão — afirmou Gleisi.

Rolleberg justifica afastamento do governo pelo PSB



Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) comentou o lançamento das diretrizes programáticas do PSB-Rede, lembrando que Eduardo Campos e Marina Silva — prováveis candidatos a presidente da República e vice — serviram ao governo Lula. Campos foi ministro da Ciência e Tecnologia e Marina foi ministra do Meio Ambiente. Segundo Rolleberg, foi naquele momento que o Brasil começou a reduzir de forma significativa o desmatamento.

O senador disse que inicialmente o PSB apoiou o governo Dilma, mesmo sem participar dele, mas ao longo de três anos percebeu que o Brasil sofreu queda na qualidade de gestão. — É natural do processo político que os partidos, de forma muito transparente, muito leal, possam discordar dos procedimentos adotados e possam tomar posturas diferentes. Isso é da democracia.

Suplicy explica a ministro doações a petistas condenados

Diante da desconfiança expressa pelo ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, quanto às doações feitas para pagamento de multas impostas a petistas condenados no mensalão, Eduardo Suplicy (PT-SP) decidiu enviar carta com esclarecimentos.

O senador diz que a arrecadação foi organizada por familiares e militantes, e não pelo partido, e que as doações



foram devidamente identificadas e serão registradas no Imposto de Renda dos beneficiários, o que também deve ser feito pelos doadores.

Suplicy declarou que ele próprio contribuiu e que tudo foi feito de acordo com a lei, estando os documentos sobre as doações à disposição da Justiça. O senador também afirmou que o país precisa melhorar a fiscalização do dinheiro destinado a campanhas eleitorais.

Mozarildo afirma que voto em branco só ajuda maus políticos

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu ontem a todos os eleitores brasileiros que não deixem de votar nas eleições. O senador lembrou que entre os jovens há um movimento em defesa da abstenção, do voto em branco e do voto nulo como forma de demonstrar o desencanto com a atividade política. Para ele, esse tipo de comportamento só contribui para que os maus políticos continuem triunfando e contaminado toda a atividade política.

— Aliás, tem uma frase do grande líder Martin Luther King que diz que o que mais



preocupa não é a ousadia ou o grito dos maus, mas sim o silêncio e a omissão dos bons. Portanto, você que é um eleitor de bem, você que é uma eleitora de bem,

compareça e convide, mobilize as pessoas de bem para comparecerem — afirmou o senador.

Mozarildo disse que aqueles que abominam o modelo político no Brasil deveriam mobilizar-se e comparecer às urnas neste ano porque, ressaltou ele, o voto consciente é a única esperança de mudança do quadro político do país.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Pauta truncada

14h A MP 626/2013, que abre crédito extraordinário no valor de R\$ 2,53 bilhões para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), tranca a pauta.

PRESIDÊNCIA Reunião da Mesa

10h O senador Renan Calheiros participa de reunião da Mesa; às 11h, recebe o vice-presidente de Governo da Caixa Econômica Federal, Gilberto Occhi; e, às 16h, preside a ordem do dia.

CRA Trabalho rural

8h A comissão pode votar o projeto que aumenta a multa pelo descumprimento das normas do trabalho rural e o que consolida a legislação sanitária vegetal e animal.

CRE Audiência com chanceler

10h O ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo, vem ao Senado falar a respeito de política externa e das iniciativas e projetos desenvolvidos pelo ministério.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 8h reunião da **Comissão de Agricultura e Reforma Agrária**; e, na às 10h, reunião da **Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**. Às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Relações Exteriores**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Devido à manutenção de emendas, projeto que troca IGP-DI pelo IPCA terá que voltar para análise de duas comissões temáticas antes da votação final pelo Plenário do Senado

Votação sobre mudança no cálculo da dívida dos estados fica para março

COM A REJEIÇÃO de um requerimento para retirada de emendas apresentadas pelo senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), o projeto que reduz encargos de estados e municípios sobre dívidas com a União (PLC 99/2013) voltará ao exame de duas comissões temáticas, antes de ser votada no Plenário do Senado. A previsão é de que a definição do tema só ocorra em março.

O projeto, apresentado pelo governo, troca o IGP-DI pelo IPCA como indexador das dívidas. Além disso, reduz para 4% os juros anuais, que hoje ficam entre 6% e 9%, e define a taxa básica de juros (Selic) como limitador do pagamento dos encargos. Isso significa que, quando a fórmula IPCA mais 4% for superior à variação acumulada da Selic, a taxa básica de juros será o indexador.

Com a decisão de ontem, a proposta não sai da pauta do Plenário, mas volta às Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE), que têm 15 dias úteis para emissão do parecer sobre as emendas. O prazo pode ser prorrogado por igual período.

Eventual redução no pagamento das dívidas dos estados e municípios para a União — de R\$ 400 bilhões e R\$ 68 bilhões, respectivamente — afetaria o volume de dinheiro disponível para o país honrar compromissos ou investir. O governo teme o rebaixamento da classificação de risco dada à economia do país por agências internacionais especializadas.

A ofensiva do governo contra



Líder do governo, Braga (D) garante que o texto volta à pauta em 30 dias porque foram mantidas as emendas de Randolfe (E)

o projeto começou na terça-feira, quando a ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, reuniu-se com líderes no Senado. Ontem, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, encontrou-se com o presidente do Senado, Renan Calheiros, lideranças partidárias e governadores.

Pedro Simon (PMDB-RS) pediu que os senadores cumpram o acordo fechado em dezembro para que o projeto fosse votado logo após a retomada das atividades legislativas. Os outros senadores da bancada gaúcha — Ana Amélia (PP) e Paulo Paim (PT) — reforçaram a cobrança.

— O Senado começa um ano importante, um ano eleitoral, se humilhando — disse Simon.

Os governadores do Rio Grande do Sul, Tarso Genro; de Alagoas, Teotônio Vilela Filho (PSDB); e de Santa Catarina, Raimundo Colombo (PSD), estiveram no Plenário para pedir a aprovação do texto.

A líder do PCdoB, Vanessa

Graziotin (AM), negou que haja manobra. Segundo ela, o que se quer é aproveitar o projeto para aprovar outras questões importantes, como a convalidação, no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), dos incentivos fiscais concedidos pelos estados.

Comércio eletrônico

Outra justificativa da base aliada é a discussão da partilha entre os estados do ICMS gerado pelo comércio eletrônico, que beneficia apenas os locais de origem com quase 90% da arrecadação. O líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), lembrou que a PEC 103/2011 nem saiu da comissão especial da Câmara.

Para Walter Pinheiro (PT-BA), o projeto do comércio eletrônico engloba a discussão sobre o pacto federativo iniciada em 2012, no Senado. Para a oposição, no entanto, sem a flexibilização do pagamento das dívidas, o governo “não dá aos gestores a chance

de respirar”. Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) disse que os estados estão “quase falidos”, perderam a autonomia e não têm como investir em infraestrutura. Segundo ele, a indexação levou ao crescimento exagerado da dívida.

Randolfe disse que a cobrança é uma “agiotagem” contra os estados. Até mesmo o petista Lindbergh Farias (RJ) afirmou que a União “está lucrando”. José Agripino (DEM-RN) lembrou que o governo subtraiu R\$ 21 bilhões no ano passado em desoneração do IPI e da Cide.

Na opinião de Blairo Maggi (PR-MT), que votou pelo adiamento da apreciação do projeto, o governo teria que pagar um dia por essas “bondades”. Ele avalia que as agências de classificação de risco apenas refletem a situação econômica do país. Ele resumiu a polêmica afirmando que “os estados e municípios precisam da flexibilização das dívidas, o Congresso quer e o governo não pode dar”.

Mantega alega que crise mundial requer prudência

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse ontem não ser este o melhor momento para a votação do projeto, devido à volatilidade internacional.

— Essa conjuntura requer bastante prudência e bastante cuidado em relação aos atos praticados.

Embora a proposta não represente despesa adicional no curto prazo, disse o ministro, ela pode causar dúvidas quanto ao impacto futuro nas contas públicas. A avaliação foi feita após reunião entre Mantega, a ministra Ideli Salvatti, o presidente do Senado, Renan Calheiros, e líderes partidários.

Na reunião, o ministro argumentou que os Poderes Executivo e Legislativo estão empenhados em manter sólida a situação fiscal e lembrou que no ano passado foi feito um acordo de responsabilidade fiscal entre o governo federal e o Congresso de modo que não fossem aprovados projetos que pudessem aumentar dívidas do erário público.



O ministro da Fazenda se reuniu ontem com líderes partidários

Braga afirma que proposta voltará à pauta do Plenário

O líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), tranquilizou os colegas dizendo que o projeto tem prazo para voltar à pauta do Plenário.

— Se mantivermos as emendas propostas, o projeto não sai de pauta, em primeiro lugar. E, em segundo lugar, ele tem prazo de, em 30 dias, obrigatoriamente, voltar para a pauta.

O líder do PT, Humberto Costa (PE), também assegurou que a proposta voltará a ser examinada no Plenário, pois, segundo ele, esse é um compromisso dos líderes do governo, do PT, do PMDB e do presidente do Senado.

O líder do PSDB, senador Aloysio Nunes Ferreira (SP), criticou a postura da base do governo de votar contra o requerimento.

— Todos sabemos que o governo quer manter as emendas para que o projeto saia da ordem do dia, vá para as comissões e essa questão da dívida fique para as calendas — afirmou.

Ana Amélia: projeto já foi debatido exaustivamente



Moneira Manz/Agência Senado

O projeto com o novo indexador das dívidas dos estados já foi discutido suficientemente no Congresso e não pode mais ter a votação adiada, afirmou Ana Amélia (PP-RS).

— Não votar um projeto debatido exaustivamente nos últimos meses nesta Casa é empurrar para a frente ou para as calendas gregas um problema econômico, político e financeiro que já deveria ter sido resolvido nos tempos de bonança e estabilidade econômica. Nesta altura dos trabalhos legislativos não posso e não devo, em hipótese alguma, concordar com palavras não cumpridas ou pactos desfeitos — afirmou.

A senadora se disse orgulhosa por representar um estado em que os parlamentares de todos os partidos se unem quando a causa é pelo bem comum do povo gaúcho.

Renan reitera compromisso do Senado com renegociação



Marcos Oliveira/Agência Senado

O presidente do Senado, Renan Calheiros, reiterou que a Casa tem um compromisso com o mérito da proposta, porque os estados estariam pagando juros altos e isso tem esva-

ziado a capacidade de investimentos. — A sangria dos estados endividados é muita, e um mês ou dois não vão fundamentalmente alterar a correlação. É um prazo para que se discutam as emendas e para que haja um cenário mundial mais favorável — argumentou.

Ele lembrou que, antes da estabilização econômica, era possível a estados e municípios honrarem suas dívidas com o atual indexador, mas atualmente isso ficou inviável.

— É importante que acertemos a mão para termos um desfecho que atenda ao interesse nacional e não frustre os interesses dos estados e municípios.

Frases

“Esse projeto não é o projeto perfeito para resolver a agiotagem de que os estados brasileiros têm sido vítima, mas é luz de lamparina na noite dos desesperados.”

Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)

“É óbvio que é uma matéria que, no mérito, todos apoiam, mas o momento é inadequado.”

Líder do governo, senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

“Esse projeto vai sublinhar a situação de desconforto em que a economia do país vive, diferente daquilo que foi posto pela presidente há três dias, quando enviou mensagem ao Congresso.”

Senador José Agripino (DEM-RN)

Projeto institui obrigação de fabricante de alertar sobre consumo excessivo de bebidas açucaradas; divergências foram deixadas para análise na Comissão de Assuntos Econômicos

Avança alerta sobre obesidade em refrigerantes

A EXIGÊNCIA DE alerta nas embalagens de bebidas açucaradas (refrigerantes, sucos, refrescos, xaropes) sobre o risco de obesidade associado ao consumo excessivo quase foi rejeitada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Depois de breve polêmica, acabou sendo aprovado parecer favorável da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), com duas emendas, ao PLS 196/2007, do senador Jayme Campos (DEM-MT), que inclui nos rótulos dos produtos a advertência e também informações sobre o teor calórico.

A tramitação do projeto pôde avançar porque os senadores Cyro Miranda (PSDB-GO) e Romero Jucá (PMDB-RR) concordaram em retirar voto em separado pela rejeição. O argumento apresentado pela relatora, e acolhido por ambos, foi no sentido de deslocar o voto em separado para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), encarregada de analisar o mérito da proposta junto com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Lúcia



Embalagens de refrigerantes podem passar a conter advertência sobre consumo excessivo do produto, além do teor calórico

Vânia sustentou ter examinado a medida e recomendado a aprovação apenas com base nos aspectos de juridicidade e constitucionalidade do projeto.

— Aceito a deferência [retirada do voto em separado], mas esse projeto, no mérito, tem um valor enorme. É preciso que a questão da obesidade infantil seja discutida na Casa. O lobby dos refrigerantes é legítimo e atua com muita força, mas também temos o direito de ver o lado social dessa questão — declarou Lúcia Vânia.

Ainda em defesa do PLS

196/2007, Jayme Campos ressaltou ter elaborado a proposta preocupado com a saúde das futuras gerações do país.

— Nossa preocupação é com a vida, sobretudo de nossas crianças. O Brasil atingiu um nível de obesidade alarmante — comentou o autor do projeto.

Cyro e Jucá também reconhecem, no voto em separado, que a iniciativa de controle da obesidade infantil “deve ser elogiada e examinada com todo o cuidado”. Mas entendem que o tema da rotulagem de bebidas

já se encontra satisfatoriamente regulado pela legislação brasileira. Além disso, temem que a revisão das regras de rotulagem nutricional de forma unilateral, sem negociação com os demais países integrantes do Mercosul, possa gerar retaliações econômicas e comerciais no mercado internacional.

No voto em separado, os parlamentares sustentam que, diante desse quadro, “é possível concluir que o Brasil conta com moderna regulamentação da rotulagem nutricional de alimentos e bebidas e que



Lúcia Vânia pede a senadores que vejam a repercussão social da proposta

eventual modificação desse arcabouço normativo pode ser prejudicial ao país”.

Jucá já havia apresentado, em 2012, um voto em separado pela rejeição do PLS 196/2007 na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Na ocasião, a posição dele — a mesma expressada ontem na CCJ — acabou prevalecendo e levou à derrubada do parecer favorável da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

A decisão final deve caber à Comissão de Assuntos Sociais.

Aprovado projeto que amplia direitos de taxistas

Projeto aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) amplia os direitos já concedidos aos taxistas na lei que regulamenta a profissão (Lei 12.468/2011), com o restabelecimento de pontos vetados pela presidente Dilma Rousseff. Entre outras medidas, o PLS 5/2012 assegura a transferência da autorização para outro condutor titular, o que abre caminho para a

venda dos alvarás em cada localidade.

De iniciativa do senador Gim (PTB-DF), a proposta recebeu relatório favorável de Benedito de Lira (PP-AL). O texto seguirá agora para exame na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão final.

O projeto também modifica a Lei 6.094/1974, que regula a atividade de auxiliar de condutor autônomo de

veículo rodoviário, para fins previdenciários, com a intenção de garantir que o taxista titular da autorização possa contratar um terceiro profissional, como eventual substituto, além dos dois auxiliares já previstos nessa legislação.

Outro dispositivo define requisitos mínimos para o contrato já exigido entre o condutor autônomo e os auxiliares. Entre outras exigências, teriam

de ser estipuladas as obrigações de cada parte, o prazo de validade do contrato e a data do pagamento dos auxiliares. O texto também prevê um piso salarial conforme ajuste entre os sindicatos das categorias.

Para Gim, a série de vetos apostos ao projeto aprovado pelo Congresso “desfigurou” a proposta de regulamentação, que atendia antigas reivindicações da categoria dos taxistas.

Viana manifesta preocupação com servidores no Acre

O senador Jorge Viana (PT-AC) solicitou ao ministro Dias Toffoli — relator de ação no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a substituição de servidores sem concurso no Acre — que tome sua decisão pensando na tranquilidade e na segurança jurídica dos mais de 11 mil servidores objeto da ação.

Viana manifestou preocupação com os 11.554 servidores contratados sem concurso ao longo das décadas de 1980 e 1990, lembrando que esses funcionários trabalharam por muitos anos para o desenvolvimento do estado do Acre.

Em ação direta de inconstitucionalidade que está sendo analisada pelo STF, foi declarado ilegal o trecho da Constituição do estado que permitiu a efetivação dos funcionários, que eram dos quadros temporários.

— Acredito que é possível, com a compreensão e com a sensibilidade do ministro Toffoli, encontrarmos um mecanismo que possa reduzir ao mínimo possível os servidores que tenham que passar por um concurso público — disse.



Táxis em rua de São Paulo: projeto aprovado na CCJ permite a transferência de autorização entre condutores titulares



Gim lembra que proposta atende reivindicações antigas dos taxistas

Senadores acatam regras para exercício da psicopedagogia

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto de lei da Câmara (PLC 31/2010) que regulamenta a atividade de psicopedagogia. Pelo texto, a profissão poderá ser exercida por graduados e também por portadores de diploma superior em Psicologia, Pedagogia ou Licenciatura que tenham concluído curso de especialização em Psicopedagogia, com duração mínima

de 600 horas e 80% da carga horária dedicada a essa área.

O relator na CAS, senador Cyro Miranda (PSDB-GO), festejou a aprovação, lembrando que a matéria já tramita há 11 anos. Na análise, ele salientou que o projeto não pretende impor reserva de mercado, pois estende a atividade a graduações em áreas afins e aos profissionais de educação e de outras áreas.

Profissão de pesquisador de opinião pode ser regulamentada

A regulamentação das profissões de pesquisador e de técnico de pesquisa de mercado, opinião e mídia gerou polêmica na reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) de ontem. Pedido de vista do senador Armando Monteiro (PTB-PE) adiou a votação da proposta, que terá decisão terminativa na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Os senadores Aloysio Nunes

Ferreira (PSDB-SP) e José Pimentel (PT-CE) argumentaram que o projeto estabelece uma reserva de mercado. Para Aloysio, a eventual regulamentação não aprimora o processo de elaboração de pesquisas de mercado ou de opinião. Como exemplo, ele observou que um médico, um engenheiro ou um advogado podem fazer com eficiência pesquisas sobre suas áreas.

Gestores devem passar a organizar serviços de UTI em bases regionais

Substitutivo aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais também atribui organização das urgências e emergências às secretarias estaduais

PROJETO APROVADO PELA Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ontem atribuiu competência aos gestores do Sistema Único de Saúde (SUS) no plano estadual para participar da organização dos serviços de terapia intensiva (as chamadas UTIs), emergências, urgências e atendimento móvel de urgência. Para o enfrentamento da falta de leitos, os serviços deixariam de ser organizados isoladamente pelos municípios, passando a ter planejamento menos pontual.

O projeto, que altera a Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/1990), é de Vital do Rêgo (PMDB-PB) e recebeu um substitutivo, proposto pelo relator, Humberto Costa (PT-PE). Como foi apresentado novo texto, a matéria ainda será votada em turno suplementar, exigência regimental para toda proposta que tem decisão terminativa em comissão, o que é o caso do PLS 233/2012.

O texto autoriza a atuação dos gestores no planejamento, programação e organização dos serviços, com o objetivo de identificar e adequar a



O serviço de atendimento móvel de urgência foi incluído no relatório

disponibilidade de leitos ao atendimento da demanda.

Com o substitutivo, o relator destacou a função dos gestores de colaborar com os municípios nas funções previstas. Além disso, incluiu os serviços de urgência, emergência e os de atendimento móvel de urgência (Samu), já que o texto original se referia apenas às UTIs.

Gargalo

Na avaliação do autor, os serviços de UTIs continuam sendo um dos gargalos da rede hospitalar do SUS, tanto pela insuficiência quanto pela má

distribuição das unidades. A seu ver, uma das formas de minimizar a dificuldade de acesso aos leitos é a implantação da regionalização e hierarquização desse tipo de serviço. Para isso, ele entende como indispensável a atuação dos gestores estaduais, que ficariam responsáveis pela articulação entre os municípios de cada estado.

Humberto destaca a importância dos serviços de UTIs, compostos por equipes multiprofissionais especializadas, dotadas de equipamentos caros e de manutenção dispendiosa. Como salienta o relator,



Humberto Costa reconhece que a falta de leitos é um problema do SUS

“o paciente pobre ou de classe média que necessita de atendimento não consegue pagar o tratamento com recursos próprios”. Não sendo beneficiário de um plano de saúde, acrescenta, a única solução é recorrer aos serviços do SUS.

Humberto reconhece que a carência de leitos é um dos grandes problemas enfrentados pelos gestores do SUS. Diante disso, observou que a saída tem sido a contratação suplementar de leitos em hospitais privados, o que envolve elevados gastos. Segundo ele, apenas 56,1% dos leitos são dos serviços próprios.

Albinos podem ficar isentos do Imposto de Renda

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto de lei (PLS 245/2012) que isenta do Imposto de Renda a aposentadoria de pessoas com albinismo, caracterizado pela ausência de pigmento na pele, cabelos e olhos.

A proposta, de Eduardo Amorim (PSC-SE), inclui o albinismo no rol de 16 doenças que hoje já asseguram o direito à isenção do imposto, de acordo com a legislação em vigor (Lei 7.713/1998). O senador argumenta que os portadores de albinismo têm a força produtiva reduzida devido a limitações físicas, necessitando de tratamentos de saúde e cuidados especiais.

Segundo Amorim, esse grupo precisa de recursos para a aquisição de medicamentos e material médico-hospitalar. Ele afirma que muitas vezes os gastos superam a própria renda e exigem complementação de parentes e amigos.



Segundo Amorim, albinos têm gastos com tratamento e compra de remédios

A relatora, Ana Amélia (PP-RS), ao defender o projeto, criticou a ausência de estatística oficial sobre a quantidade de albinos no país, mas forneceu estimativa de associação nacional que representa o grupo: aproximadamente 20

mil pessoas. Ela destacou que a isenção significará perda de receita de R\$ 4,1 milhões anuais para os cofres federais, a seu ver, quantia pouco significativa diante da questão social. A estimativa feita pela Consultoria de Orçamentos do Senado foi anexada ao projeto.

Ana Amélia sugeriu duas emendas. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) já tinha aprovado parecer favorável à proposta, que pode seguir diretamente para a Câmara dos Deputados, porque a decisão da CAS é terminativa, ou seja, a proposta somente será analisada no Plenário do Senado se houver recurso com essa finalidade.

Exercício de cargo civil por médico militar vai à promulgação

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou ontem a proposta de emenda à Constituição que permite aos militares que atuam na área da saúde exercerem também cargo semelhante no serviço público civil (PEC 122/2011).

Ao fim da sessão plenária do Senado, o presidente Renan Calheiros informou que vai tentar estabelecer logo um prazo para a promulgação

da emenda constitucional. O texto foi aprovado na Casa em agosto do ano passado.

De autoria do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), atualmente licenciado, a PEC deve ao mesmo tempo evitar o desligamento de profissionais de saúde das Forças Armadas — já que hoje eles são impedidos de ocupar as duas funções — e reforçar o atendimento em áreas com carência no setor.

Avança projeto que modifica nome do auxílio-doença

Projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) troca o nome de auxílio-doença para auxílio por incapacidade laborativa. De acordo com a autora, Ana Amélia (PP-RS), o novo termo retrata a real natureza do benefício previdenciário, que é proteger o segurado que se encontra momentaneamente incapacitado para o trabalho.

O relator, Paulo Paim (PT-RS), argumentou que inca-

pacidade laborativa é uma ocorrência mais associada ao trabalho, enquanto doença é um fenômeno mais amplo, que nem sempre justifica a concessão de um benefício.

Se o projeto for confirmado em segunda votação na CAS, poderá ir direto para a Câmara.

A CAS aprovou também requerimento de Ana Amélia para audiência pública sobre o sistema regulatório da pesquisa clínica de medicamentos.

Vanessa destaca desafio de manter avanços sociais

A nova líder do PCdoB no Senado, Vanessa Grazziotin (AM), lembrou, em Plenário, que os parlamentares têm um grande desafio neste ano em que o Brasil sediará a Copa do Mundo e terá eleições para presidente, governadores, deputados e senadores.

A senadora disse que a Casa exercerá um papel importante na promoção de políticas sociais e advertiu que os parlamentares devem continuar lutando pela redução da pobreza extrema, pela manutenção do aumento real do salário mínimo, pela redução do déficit habitacional e por melhor atendimento médico para a população.

Vanessa disse ainda que o PCdoB tem orgulho de participar de um governo que promoveu avanços significativos no país nos últimos anos.



“Lutaremos para que o Brasil continue avançando”, diz Vanessa

Comissão adia análise de proposta de salário mínimo a R\$ 1.400

Pedido de vista coletiva adiou a decisão da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) sobre projeto (PLS 159/2013) de Mário Couto (PSDB-PA) que fixa em R\$ 1.400 o salário mínimo a partir de 1º de janeiro deste ano.

O relator, Paulo Paim (PT-RS), sugeriu um texto substitutivo que mantém até 2021 a atual política de reajuste do mínimo, cuja vigência está prevista para acabar em 2014. Ele muda a legislação previdenciária para estender a todos os aposentados a mesma regra de reajuste. Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu vista em nome da liderança do governo.



Mário Couto, autor do projeto, quer o novo valor desde 1º de janeiro

Marcello Casati Jr/ABr



Por ser interligado, sistema adotado no Brasil é mais vulnerável a ocorrências naturais, segundo o senador Lobão Filho

Ministro pode ter que explicar apagão ao Senado

Vice-presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura anuncia intenção de convidar Edison Lobão para explicar a falta de energia que afetou mais de 6 milhões de pessoas em 11 estados na terça-feira

O APAGÃO QUE atingiu 11 estados terça-feira, deixando sem energia elétrica mais de 6 milhões de pessoas, gerou reação ontem no Senado. Sérgio Petecão (PSD-AC), vice-presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), disse que apresentará requerimento convidando o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, para explicar no Senado as razões do apagão. Segundo o senador, não dá para conviver com essa insegurança às vésperas de o país sediar uma Copa do Mundo.

Em meio às críticas durante discursos, Lobão Filho (PMDB-MA) defendeu a atuação do governo federal e do Ministério de Minas e Energia, comandado por seu pai, que é senador licenciado. Lobão Filho explicou que, por ser interligado, o sistema adotado no Brasil é mais vulnerável a ocorrências naturais, como a descarga elétrica que teria levado à interrupção de fornecimento na terça-feira. Mesmo assim, ele elogiou o modelo, por permitir que fornecedores de uma região possam oferecer energia para outras regiões.

— Houve uma descarga elétrica imensa. Dispositivos não aguentaram, como nenhum jamais aguentará uma descarga elétrica dependendo da

forma como ela atingir a rede, e isso vai gerar problemas na rede. O nosso sistema, hoje, está ultra, superplanejado. Nós temos problemas climáticos de falta de água, por exemplo, mas perceba que o Brasil não racionou energia por falta de água. Nós aprendemos a lição — afirmou o senador.

Cyro Miranda (PSDB-GO) atribuiu ao governo federal a responsabilidade pela ocorrência de apagões elétricos no país nos últimos meses. Na avaliação dele, o governo da presidente Dilma Rousseff não realizou as ações para garantir a geração e a transmissão de energia suficientes para atender a crescente demanda.

Força-tarefa

Para Cyro, além de planejamento, falta ao setor elétrico brasileiro gestão adequada e marcos regulatórios. Segundo ele, a força-tarefa para o setor elétrico só foi criada pelo governo devido à preocupação com a proximidade das eleições.

— Mais uma vez, o governo do PT não fez o dever de casa ao longo de 12 anos. Vive de jogadas de marketing, mas não livrou o Brasil nem do apagão de energia, nem do apagão educacional, que também coloca às escuras as futuras gerações, sem lhes oferecer

educação de qualidade.

Mário Couto (PSDB-PA) disse que o governo mentiu ao garantir que não havia o menor risco de um apagão elétrico. Ele observou que dezenas de cidades sofreram com a falta de energia logo no dia seguinte à declaração do governo.

Couto também reclamou da intenção da Presidência da República de gastar até R\$ 50 mil numa licitação para compra de papel higiênico. O senador classificou o preço uma falta de respeito com o povo brasileiro. Ele também criticou os gastos da comitiva presidencial numa parada em Portugal no fim de janeiro, na volta do Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça.

— Não brinquem com o povo brasileiro. Paciência tem limite, Dilma. E esse limite, tenho certeza, está chegando ao seu fim. Vamos ter fé e esperança de que dias melhores não de vir — afirmou o senador.

Couto comentou, ainda, a campanha de arrecadação feita por condenados do mensalão para pagar as multas impostas pela Justiça, estranhando um deles ter recebido R\$ 600 mil de doações num dia.

— Será que o povo brasileiro iria pagar essas doações para que corruptos devolvam o dinheiro público? — questionou.

Sarney comemora integração do Amapá ao sistema elétrico

José Sarney (PMDB-AP) destacou ontem a integração do sistema elétrico do Amapá ao nacional por meio da conexão do estado ao Linhão de Tucuruí. Ele informou que os dois últimos trechos de linhas de transmissão, entre Jurupari (PA) e Laranjal do Jari (AP) e entre Laranjal do Jari e Macapá, foram ligados na noite de terça-feira.

Sarney ressaltou a grandiosidade das obras para a instalação das linhas em meio à Floresta Amazônica.

— É uma notícia extraordinária esse gigantesco sistema de energia elétrica funcionando no país inteiro, de Norte a Sul, realizando aquele sonho que todos nós sempre falávamos: da união do Oiapoque ao Chuí.

Senado vai debater disputa por exploração de minério em Sergipe

O aproveitamento industrial em Sergipe da carnallita — minério do qual se extrai o potássio, utilizado para fertilizantes agrícolas — será debatido em audiência conjunta



Lin de Paulo/Agência Senado

das Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Meio Ambiente (CMA). O pedido, feito por Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), presidente da CDR, foi aprovado ontem.

A exploração da carnallita em Sergipe pela mineradora Vale é objeto de uma disputa entre as cidades de Capela e Japarutuba. Segundo Valadares, a Vale quer instalar uma usina de extração do minério em Japarutuba, mas o município vizinho, Capela, que fica a 20 quilômetros, possui 80% do minério a ser explorado.

Serão convidados o governador de Sergipe, Jackson

Barreto; o diretor-presidente da Vale, Murilo Ferreira; os prefeitos de Capela e Japarutuba, Ezequiel Leite e Hélio Sobral; e o advogado Bruno Teixeira.

De acordo com Valadares, o Brasil importa mais de 90% do potássio do Canadá e da Rússia. A instalação da usina de exploração da carnallita em Sergipe seria de extrema importância para o país. A data da audiência, que deve ocorrer neste mês, ainda será marcada.

A CDR aprovou também requerimento de Lídice da Mata (PSB-BA) para audiência sobre as obras no aeroporto de Salvador para a Copa do Mundo. Lídice quer ouvir o ministro de Aviação Civil, Moreira Franco, e o presidente da Infraero, Antonio do Vale, sobre o risco de que a obra não seja concluída.

Paulo Paim destaca tema da 30ª Festa da Uva em Caxias do Sul

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem a visita da rainha e das princesas da 30ª Festa da Uva de Caxias do Sul (RS), que o convidaram para participar do evento. A Festa da Uva acontecerá de 20 de fevereiro a 9 de março e deverá receber 1 milhão de visitantes.

Em Plenário, Paulo Paim (PT-RS) informou que o tema



Pedro Franco/Agência Senado

da festa neste ano será “Na alegria da diversidade se faz a festa”.

— A cada dois anos, Caxias do Sul afirma as suas tradições, seu orgulho e seu respeito por aqueles que, por meio do trabalho, fé e superação das diferenças, construíram uma cidade próspera na qual eu tenho muito orgulho de ter nascido.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333
Editor-chefe: Sílvio Burle
Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil
Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Seep)

Relator espera que dilatação de prazo, que se esgota dia 9, permita conclusão dos trabalhos das sub-relatorias e promoção de novas audiências públicas sobre o tema

Comissão de Segurança poderá ter prazo maior

O SENADOR PEDRO Taques (PDT-MT), relator da comissão especial temporária responsável por analisar matérias em tramitação sobre segurança pública, quer mais prazo para os trabalhos do grupo. A data prevista para a conclusão do parecer sobre 44 propostas é 9 de fevereiro. A comissão tinha inicialmente três meses.

O financiamento e a unificação das polícias civil e militar, o controle rígido das armas, a atenção ao cidadão e à vítima, a vigilância privada e a defesa civil foram temas debatidos em 11 audiências públicas que reuniram autoridades e especialistas na área.

— Primeiro nós temos que prorrogar os trabalhos, aí as sub-relatorias terão esse espaço para apresentar [as conclusões]. Aí eu vou trabalhar cada ponto desses. Vamos pensar também na possibilidade de outras audiências públicas, porque nós temos vários pedidos — explicou Taques.

Corporativismo

As primeiras conclusões do relator são de que a segurança pública no Brasil “vai muito mal”, como revelam os



Policia militar de unidade de polícia pacificadora (UPP) no Rio de Janeiro: desmilitarização e unificação das polícias são temas polêmicos tratados pela comissão

Tônia Régio/ABR

dados alarmantes de 52 mil homicídios e 50 mil estupros em média por ano. E, para o senador, segurança não é só sinônimo de polícia.

— É criar condições para que o cidadão não cometa o crime, para que a criança e o adolescente não entrem no mundo da droga. Para isso, temos que tratar da questão das cidades, da urbanização dos espaços públicos — disse.

Pedro Taques, que é professor de Direito Constitucional

e foi procurador do Ministério Público Federal, criticou o corporativismo, a desconfiança que divide os vários órgãos que cuidam da segurança pública e também as desavenças internas entre personagens como o agente, o escrivão e o delegado.

— Nós precisamos primeiro separar as questões corporativas, que são legítimas, mas devem ficar no seu espaço próprio e pensar num novo modelo de segurança.

O senador ainda criticou

a operação tartaruga dos policiais militares do Distrito Federal, que ocorre, desde outubro de 2013, para pressionar o governo a conceder reajuste salarial, reestruturação da carreira e pagamento de benefícios aos servidores em atividade ou na reserva. No último fim de semana, a capital federal registrou 13 homicídios.

— Nós temos que diferenciar segurança pública de baderna. Polícia não pode fazer greve, não pode fazer operações como

essa. Eles merecem também as penas da lei — afirmou Taques.

O parlamentar apontou finalmente o “jogo de empurra” entre a União, os estados e os municípios para definir de quem é a atribuição de garantir segurança para a população.

— A segurança é um direito fundamental do cidadão, é um direito social. Eu espero que na comissão nós possamos fazer um trabalho que mude o sistema de segurança pública no Brasil — concluiu.

Tema complexo

A questão da segurança é complexa e não diz respeito apenas à ação da polícia: envolve a morosidade da Justiça, a má administração das prisões, a pouca participação do cidadão na vida comunitária e a ausência ou degradação de equipamentos públicos, como a iluminação das vias

POUCA ÊNFASE EM PREVENÇÃO

DESPESAS COM SEGURANÇA PÚBLICA EM 2012

- 1,23% Informação e inteligência
- 2,38% Defesa civil
- 35,92% Policiamento
- 60,47% Outros

MILITARIZAÇÃO

A função de policiar as ruas é exercida pela polícia militar, uma estrutura criada no século 19 e fortalecida durante a ditadura militar. A PEC 51/2013 propõe a desmilitarização e alterações na estrutura, nas normas e na formação dos policiais, com o objetivo de criar uma polícia mais próxima da sociedade. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos recomendou ao Brasil que as atividades de policiamento sejam entregues exclusivamente às autoridades civis.

ASSOCIAÇÃO COM O CRIME

São comuns notícias de envolvimento de integrantes de forças policiais com atividades criminosas. É o caso das milícias que têm ocupado comunidades pobres do Rio de Janeiro. Em 2011, a juíza Patrícia Acioli, que atuava em São Gonçalo (RJ) e puniu policiais militares vinculados a grupos de extermínio, foi assassinada em frente à casa dela. A polícia militar tem instância própria para julgar infrações cometidas em serviço, o que dificulta a punição a policiais acusados de envolvimento em crimes.

O combate à impunidade está mais relacionado à capacidade investigativa das polícias do que com o rigor da Lei Penal. Apesar de os recursos terem aumentado, o Brasil ainda investe pouco em atividades de inteligência. Investir em prevenção é mais eficaz do que apenas trabalhar para reprimir os crimes, afirmam os especialistas. Uma política de prevenção eficiente, porém, engloba várias frentes além da inteligência policial. Um dos caminhos é investir em programas para a redução de maus-tratos, abuso sexual e negligência na infância e na adolescência — fatores de risco relacionados à violência e à criminalidade na vida adulta.

VIOLÊNCIA POLICIAL

A polícia brasileira é uma das mais violentas do mundo. Tanto a PM quanto a civil são acusadas de desrespeitar direitos em comunidades de baixa renda. Embora toda polícia seja, por definição, autorizada a usar força física, a autorização precisa ter limites. A PEC 51/2013 determina que as polícias “(...) poderão recorrer ao uso comedido da força, segundo a proporcionalidade e a razoabilidade (...)”. A proposta estabelece a prevenção e a fiscalização efetivas de abusos e ilícitos cometidos por policiais.

VÍCIOS DO BACHARELISMO

Nas três polícias (militar, civil e federal), há queixas a respeito da estrutura das carreiras. É uma questão corporativa, mas que, segundo representantes das três instituições, afeta o desempenho dos policiais. No caso da civil e da federal, agentes e escrivães reclamam que não há estímulo ao trabalho porque um policial nunca pode esperar entrar no nível mais básico da carreira e chegar ao posto máximo: as carreiras de delegado são reservadas aos bacharéis de Direito, em concurso específico. Na PM, a reclamação é semelhante, já que, para um soldado, o horizonte mais longínquo é o posto de major.

FALHA NO SISTEMA PRISIONAL

PRESÍDIOS BRASILEIROS EM 2012

- 515.482 detentos
- 303.741 vagas

O Brasil tem a quarta maior população carcerária do mundo, com mais de 500 mil detentos. O déficit de vagas supera 200 mil, o que significa que o país tem um número de presos 66% superior à capacidade de abrigá-los. Denúncias de agressões físicas, maus-tratos e condições subumanas nos presídios são frequentes em todo o país. Em abril de 2013 foi instalada, no Senado, comissão para estudar e propor mudanças na Lei de Execução Penal. O grupo propôs medidas como redução do número de pessoas por cela, plano de educação para os presos e incentivo a penas alternativas.

CICLO POLICIAL DIVIDIDO

No Brasil, o ciclo policial tem duas fases distintas, exercidas por instituições independentes. A polícia militar atua no policiamento ostensivo e, teoricamente, na prevenção de crimes, enquanto a investigação fica a cargo da polícia civil. A Polícia Federal é responsável pela prevenção e investigação dos crimes federais. Esse modelo provoca confusão de competências, duplicidade de esforços e até mesmo rivalidade entre as polícias. A unificação das polícias é uma das propostas da PEC 51/2013: a repressão aos criminosos, o socorro às vítimas e a investigação dos crimes ficariam a cargo da mesma instituição policial. Os estados e o DF teriam autonomia para estruturar suas polícias.

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2013

Arte: Flávia Gonçalves

Texto que será aprimorado até a votação no Senado foi elaborado por juristas após audiências públicas e análise de sugestões de cidadãos

Comissão do Código Penal entrega relatório final em Plenário

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o relatório final da comissão temporária que examinou a proposta de reforma do Código Penal Brasileiro (PLS 236/2012). O texto — aprovado na comissão em dezembro — será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Renan disse que as audiências públicas e a análise de sugestões de cidadãos e organizações da sociedade civil foram uma forma de ampliar o debate democrático. Ele reconheceu que as questões penais são complexas, mas foram tratadas com seriedade e realismo pela comissão, que atentou à evolução dos costumes, das relações sociais e da tecnologia.

— Estamos diante de um primoroso trabalho. Nosso esforço se traduzirá em um instrumento eficaz para lutar contra o crime e promover a paz social no Brasil — disse.

A proposta se baseou em um anteprojeto elaborado por uma comissão de juristas criada em 2011. O presidente desse grupo, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Gilson Dipp, e outros membros do colegiado participaram da



Ao lado do ministro Dipp, Eunício recebe cumprimento de Renan pelo trabalho da comissão que presidiu, com relatório de Taques

solenidade. Dipp disse que a contribuição da comissão de juristas foi apresentar uma proposta moderna, aberta e sem preconceitos.

O relator da comissão temporária, Pedro Taques (PDT-MT), observou que foram registradas mais de 800 emendas e apensados mais de 140 projetos de lei ao texto do novo código. O colegiado também analisou milhares de sugestões de cidadãos. Taques frisou que o atual código, em vigor desde 1942, está em descompasso com a sociedade atual.

De acordo com o relator, o novo texto será mais enxuto e moderno ao tratar

das questões penais. Como exemplo, ele informou que os atuais 1.750 tipos penais foram reduzidos para 355. O senador acrescentou que o projeto torna o sistema penal mais moderno, ao prever mais possibilidades de substituição penal para os crimes de menor potencial ofensivo e maior rigor nos prazos para progressão de pena e nas penas para crimes considerados graves. Taques fez questão de enfatizar que o novo texto considera a corrupção como crime hediondo.

O senador admitiu que o projeto não é perfeito, mas é o que “foi possível de ser feito”.

Segundo o relator, além das questões jurídicas, o trabalho da comissão teve de lidar com assuntos como religião, política, sociologia e com “várias vaidades”. Taques ainda manifestou a “absoluta certeza” de que a CCJ e o Plenário saberão resolver “alguns problemas” que existem no texto.

— Este código não vai resolver os problemas de segurança, mas é um instrumento para ter uma sociedade mais livre, justa e solidária — declarou.

Para o presidente da comissão temporária, Eunício Oliveira (PMDB-CE), a entrega do relatório é motivo de satisfação e traz a sensação de dever cumprido. Segundo Eunício, o texto busca atender os anseios da população brasileira. Ele pediu urgência na aprovação do projeto e registrou que o desafio da comissão foi buscar o ponto de equilíbrio entre o saber técnico e jurídico e o senso moral popular.

— O Brasil será surpreendido pela qualidade deste relatório, que hoje começa a trilhar uma nova etapa — disse Eunício, acrescentando ter a certeza de que o texto será aperfeiçoado na CCJ e no Plenário.

Raupp cobra ação das Forças Armadas contra o narcotráfico

O Brasil tem perdido a guerra para o tráfico de drogas, disse ontem em Plenário o senador Valdir Raupp (PMDB-RO). Para ele, essa é a razão da falta de segurança e do número de homicídios que aumentam a cada dia nas maiores cidades do país. O senador pediu o uso das Forças Armadas para combater a ação do narcotráfico internacional nas fronteiras brasileiras.

— Chegou a hora de as Forças Armadas, a Polícia Federal [agirem]. Não temos nenhuma guerra iminente, nenhuma guerra no continente sul-americano. Então que as Forças Armadas, que a Marinha, a Aeronáutica e o Exército sejam usados para combater o narcotráfico no nosso país — apelou.



Raupp também sugere campanhas sobre os malefícios das drogas

Alvaro Dias pede novamente audiência com Tuma Júnior

Alvaro Dias (PSDB-PR) informou que vai apresentar à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) requerimento para a convocação do ex-secretário nacional de Justiça Romeu Tuma Júnior. Ele quer que Tuma fale sobre as denúncias feitas no livro *Assassinato de Reputações: um crime de Estado*, que liga o governo do PT a dossiês contra adversários políticos e espionagem de ministros do Supremo Tribunal Federal.

O senador já havia apresentado requerimento semelhante à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), mas seu pedido não foi aprovado, segundo ele, devido à atuação da base governista.



Alvaro atribui à base governista a rejeição do primeiro requerimento

Rigor maior para crimes contra a vida

A proposta sugere penas maiores para crimes contra a vida, aumenta o rol de crimes hediondos e torna mais rigoroso o modelo de progressão de penas, impondo ao condenado por crime mais grave tempo maior sob regime fechado nos presídios.

O texto preservou o limite máximo de 30 anos de prisão, mas com ressalva para con-

denação por fato posterior ao início do cumprimento da pena. Nesse caso, o limite máximo poderá passar a ser de 40 anos, não importando o período de pena já cumprido.

Sem adotar a tipificação do crime de feminicídio, o relatório aumenta a pena para o crime de lesão corporal praticado no ambiente doméstico. A proposta também tipifica

o crime de enriquecimento ilícito e aumenta as penas para a corrupção.

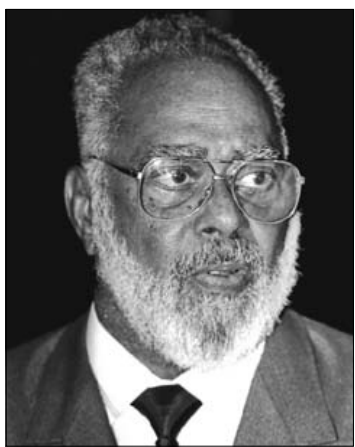
A comissão retirou do texto dispositivo que podia descriminalizar o porte de drogas para uso pessoal e, sobre aborto, afastou a hipótese de legalização até as 12 primeiras semanas em razão da incapacidade psicológica da gestante de arcar com a gravidez.

Grupos raciais poderão recorrer a ação civil pública

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) adotou ontem substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados para o projeto de lei que possibilita a abertura de ação civil pública para proteger a dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos (PLS 114/1997).

De autoria do ex-senador Abdias Nascimento, a proposta altera a Lei da Ação Civil Pública (Lei 7.347/1985) para estender sua abrangência à proteção da honra e da dignidade desses segmentos.

O substitutivo da Câmara admite ação civil pública, com pedido de medida cautelar, para apuração de responsa-



O ex-senador Abdias Nascimento é autor do texto que segue para Plenário

bilidades por danos morais e patrimoniais causados à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos.

Além do Ministério Público, qualquer entidade dedicada a defender os interesses desses segmentos poderá entrar com esse tipo de ação.

Para o relator na CCJ, José Pimentel (PT-CE), a proteção de grupos raciais, étnicos ou religiosos por ação civil pública “homenageia os fundamentos constitucionais da cidadania, da dignidade da pessoa humana e do pluralismo”. Pimentel afirmou ainda que a medida proposta será útil para evitar a perseguição a grupos sociais minoritários.

O projeto segue agora para votação no Plenário do Senado.